

# Nota Introdutória

O caráter aberto, relativamente indeciso e sempre orientado por uma temporalidade futura, a par da complexidade de instituições, atores, intervenientes que envolve, tornam a Educação, e muito particularmente a escola e os sistemas educativos, num campo discursivo por excelência.

Nada se pode fazer, nada se faz, no âmbito educacional, sem que um discurso intervenha, formule um princípio de organização ou de ação, traduza um ponto de vista prescritivo, expresse convicções ideológicas, invoque lugares do imaginário partilhado, apele a instâncias representativas de objetividade e legitimação, transmita orientações privilegiadas, injunja procedimentos, congregue pontos de vista em torno de lugares-comuns, negue a validade de posições alternativas, gira o jogo dos consensos e dos dissensos. Surge, assim, o desenho de uma arena pública pluri-dimensional, em que os discursos se enunciam em função de um esquema de autoridade, a que afirmam possuir, nomeadamente, pela autorização que lhes advém da pertença do enunciador a uma instituição política ou académica, a que lhes é conferida, pela representação que os indivíduos e os grupos visados têm do seu alcance e do reconhecimento granjeado pelos signatários, a que adquirem nos processos de apropriação e discussão.

Expressando, decerto, as pretensões dos enunciadores a determinarem os significados predominantes e a condicionarem os principais sentidos, os discursos relacionados com a educação adquirem uma autonomia que os impele muito para lá das intenções declaradas dos sujeitos. Por conseguinte, oferecem-se, eles próprios, como sujeitos-agentes, que se afrontam e confrontam, veiculando a lógica da autoridade, combinam-se para induzirem

leituras e novas verbalizações, intervêm na percepção e nas possibilidades enunciativas de indivíduos, grupos, instituições. Nunca neutros, mesmo quando praticam uma retórica de neutralidade, inerindo ao reticulado dos poderes, poderes também eles, participam ativamente na construção de perspectivas, mais ou menos conciliadoras, mais ou menos segregadoras, mais ou menos refratárias, num horizonte de hegemonia latente ou explícita.

Desse modo, os discursos que circulam formam objetos incontornáveis de análise, investigação e crítica, já que permitem um acesso único à complexidade dos processos pragmáticos de produção e reprodução, fixação e disseminação, validação e censura dos sentidos em torno da educação e, muito particularmente, dos modos como, em tal dinâmica, põem em cena constantemente a autoridade. Dão, assim, a ver o que ocorre efetivamente nesse dinamismo pelo qual se vai constituindo a amplitude do campo educativo, a partir das suas próprias condições e em relação permanente com outros domínios.

No âmbito deste dossiê, entendemos, portanto, o discurso de autoridade sobre a Escola e os sistemas educativos, em sentido lato, isto é, como aquele que é capaz de se impor como modo de evidência, de neutralidade e de consenso e, simultaneamente, como dissuasor do questionamento e da discussão (Krieg-Planque, 2017; Monte & Oger, 2015; Oger, 2021).

Partindo de uma distinção conceptual, que retoma a aceção presente nos trabalhos de Oger e Ollivier-Yaniv (2003) e em Saarinen (2008), em que texto designa o artefacto/documento e discurso o meio de ação, aquilo que o texto produz quando se manifesta numa instância discursiva, situamos o discurso institucional como um tipo de discurso autorizado sobre a educação, capaz de produzir reconhecimento, visibilidade ou uma proeminência específica, em função da inscrição dos seus enunciadores numa comunidade/instituição discursiva particular.

Vários autores têm, nesta linha, destacado o efeito dos discursos de instituições internacionais sobre a Escola e os sistemas educativos nos discursos nacionais, focando-se, sobretudo, naqueles discursos produzidos por instituições sem mandato legal, os quais funcionam como veículo de comunicação e de influência para a definição, legitimação e reconhecimento da sua autoridade (e.g., Berkovich & Benoliel, 2020; Lopo, 2021; Lopo & Borges, 2022; Mundy et al, 2016; Robertson, 2012). Alguns dos textos deste dossiê seguem idêntica orientação. Porém, como ilustram outros artigos deste conjunto, essas práticas são, igualmente, verificáveis no interior dos contextos nacionais, nos quais ocorre uma procura sistemática de afirmação da autoridade discursiva com vista à orientação dos sentidos do campo educacional.

Outros trabalhos de investigação, centrados na análise do funcionamento discursivo desses textos, têm evidenciado a sua perda de sentido pela redução intencionada da polissemia, a qual reforça uma visão despolitizada da educação, ou próxima do

senso comum, a contradição entre a pretensão de cientificidade desses discursos e o carácter tautológico, os truísmos e até o *nonsense* revelado pelos seus enunciados (e.g., Bart, 2022; Bart & Daunay, 2016; Bernardo, 2010, 2016; Perrot, 2001). É o que um grupo de contributos desta proposta visa também identificar, seja em expressões facilmente consensuais que circulam como palavras de passe por entre diferentes discursos, seja no jogo entre evidência e silenciamento que certos discursos encenam.

O artigo de Romuald Normand, intitulado *La transposition du paradigme PISA en France. Des formes d'autorité épistémique à l'ombre de l'État républicain*, centra-se no funcionamento dos discursos sobre esta avaliação internacional no contexto francês. Recorrendo a uma abordagem sociológica, o autor mostra que a inclusão do *paradigma PISA* nos discursos especializados sobre o sistema escolar francês e, em particular, no discurso dos peritos, não se baseia numa simples adaptação nacional das orientações e das propostas deste programa mundial, mas na articulação dinâmica entre uma “autoridade epistémica”, uma narrativa e um imaginário sobre a escola de índole “republicana” (“igualdade de oportunidades”, “meritocracia”, etc.). Adicionalmente, evidencia que a força deste discurso depende também do funcionamento específico de “comunidades epistémicas” que reúnem especialistas, investigadores, decisores políticos ou administrativos, entre outros atores. Normand descreve, então, vários “espaços de interesse” particularmente ativos na transferência e hibridização das orientações deste programa da OCDE: por exemplo, o serviço estatístico do Ministério da Educação, debates públicos, conferências e relatórios de peritos sobre a Escola, comissões consultivas e outras entidades *ad hoc*, associações, grupos de reflexão e revistas especializadas. Para explorar com maior detalhe a forma como este discurso paradigmático sobre o PISA é construído em França, o autor analisa o posicionamento nesses diferentes espaços de interesse de determinados atores. Ao mapear empiricamente as suas ligações, Normand ilustra como a autoridade do discurso do PISA encarna em “porta-vozes” que desempenham papéis particulares no processo de tradução das diretrizes do PISA para uma agenda política reformista francesa. Torna-se, assim, clara a importância da investigação para clarificar os lugares onde os discursos sobre as escolas são construídos e difundidos, bem como as posições de investigador, perito e de funcionário administrativo ou político.

Ana Grifo e João Lourenço Marques analisam no artigo *O discurso europeu na governação local da educação em Portugal* de que modo, num contexto de governação multinível e de descentralização de competências, os municípios portugueses recebem e incorporam as orientações e o discurso europeu. Recorrem a uma abordagem multimétodos que combina a análise de frequências (dimensão quantitativa) com a criação de categorias e leitura das passagens no seu contexto (dimensão qualitativa) relativas ao conteúdo dos instrumentos de política educativa local (Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo) de 10 municípios portugueses das regiões Norte, Centro,

Lisboa, Alentejo e Algarve. Os resultados dessa análise evidenciam uma europeização algo tímida, face ao escasso número de referências explícitas à política educativa europeia. A influência europeia (e transnacional) mais visível reside na importância conferida à monitorização e avaliação. A educação instrumentalizada a favor do emprego e da competitividade económica permeia parte do discurso, mas é equilibrada por uma ênfase mais forte nas matérias de inclusão, cidadania e educação democrática. Adicionalmente, a proximidade da governação local permite que o trabalho em rede e o envolvimento da comunidade constituam traços marcantes na estratégia, ainda que secundarizados no discurso europeu. Os resultados desta investigação não confirmam a hipótese de que este tipo governação multinível horizontal resulte da imposição de um discurso de autoridade; antes, Ana Grifo e João Lourenço Marques deixam em aberto, para confirmação em estudos futuros, que seja, predominantemente, de iniciativa e orgânica local.

O artigo *Educação Infantil nos municípios do Rio de Janeiro durante a pandemia: ambivalência das ações de gestão*, discute as relações entre políticas de Estado (de carácter estruturante) e políticas de governo (de carácter conjuntural) relativas à Educação Infantil, a partir de uma análise de ações de apoio pedagógico implementadas por gestores municipais do Rio de Janeiro no decurso da pandemia da doença de Covid-19, durante o *lockdown*, com o encerramento físico das escolas municipais. Recuperando contribuições de Bakhtin sobre a conceção da linguagem, Edson dos Santos, Maria Fernanda Nunes e Stephani Coelho realizam uma análise dialógica dos discursos institucionais pronunciados através de materiais de apoio pedagógico disponibilizados para acesso *online*. O *corpus* desses materiais foi constituído a partir de *websites* e de redes oficiais de partilha pública de informação (*Facebook* e *Instagram*) de secretarias de educação de uma amostra de 17 municípios do Rio de Janeiro e organizado numa base de dados constituída por 811 imagens, categorizadas por municípios e afinidades temáticas entre imagens com distribuição por dois grupos: o primeiro, relativo à organização curricular, avaliação da aprendizagem, processo de alfabetização, relação com as famílias e lugar das crianças; o segundo, relativo às ações empreendidas pelos governos municipais, considerando as responsabilidades de gestão, eleição de prefeitos e diálogo com as propostas oficiais. Os resultados dessa análise, que neste artigo se restringiu a sete municípios, sugerem a existência de disparidades no acesso e na qualidade das atividades pedagógicas propostas, que as políticas implementadas são as políticas do governo, que os documentos nacionais são pouco indutores da elaboração dos materiais pedagógicos e que as responsabilidades de gestão municipal são ambíguas. Uma nota final de pesar. Stephani Coelho, investigadora do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas/EIPP/Unirio e coautora deste texto, faleceu no passado mês de abril. Os editores convidados lamentam esta perda e transmitem publicamente à família, colegas e amigos, sentidas condolências.

Kaltoum Mahmoudi centra o seu texto *La formule « former l'esprit critique » : signes et figures de l'autorité dans les discours institutionnels* na análise de uma forma particular de discurso de autoridade no contexto escolar francês: a expressão recorrente “pensamento crítico” e, mais especificamente, “formar para o pensamento crítico”. Através do estudo deste objecto discursivo, num *corpus* de mais de 300 textos institucionais de carácter normativo e prescritivo diverso (leis, decretos, regulamentos, relatórios, etc.), a autora procura descrever como essa fórmula contribui para forjar um *ethos* específico de autoridade. Partindo de uma exploração dos signos que a materializam nos referidos textos, Kaltoum Mahmoudi implementa uma análise discursiva que patenteia as estratégias e os procedimentos retóricos dos locutores. Desse modo, clarifica, em particular, os efeitos de polifonia e de polissemia discursiva ligados aos termos “pensamento crítico” e “formar para o pensamento crítico”. Torna, ainda patente que, em vez de enfraquecerem a autoridade destes discursos, tais efeitos, na sua variedade e plasticidade, contribuem decisivamente para a legitimação de uma fórmula que constrói e confere a aparência de uma voz unânime e partilhada. A exploração que a autora faz de vídeos disponíveis num *website* do Ministério da Educação francês, para promover a formação do “pensamento crítico” dos estudantes, face a “teorias da conspiração”, permite-lhe descrever como a construção do *ethos* de autoridade do discurso passa também por figuras “especializadas”. Nesse dispositivo virtual, o “perito”, seja ele inspetor ou professor, aparece como o detentor do conhecimento: sabe o que é o “pensamento crítico” para uns; sabe o que é “formar para o pensamento crítico” para outros. Como evidencia a autora, a utilização da fórmula contribui, justamente, para aproximar os atores, permitindo que se congreguem em torno de um projeto que parece ser partilhado. Fica, então, à vista uma questão, quanto às fontes e fundamentos teóricos destes discursos de autoridade “especializados”: que lugar ocupam nestes discursos, por exemplo, as contribuições especializadas das ciências da documentação ou da análise do discurso, na análise crítica das fontes de informação?

*Discursos (de partidos) políticos: construção de sentidos para a educação* de João Moisés Cruz e Alexandra Sá Costa faz valer o essencial da interpretação pós-marxista da democracia, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, como espaço de antagonismo entre diferentes discursos com vista à hegemonia, para a análise das tomadas de posição dos partidos políticos, com assento parlamentar na XIV legislatura da terceira República portuguesa, sobre a educação. Nessa arena de afrontamento discursivo, identifica o mesmo intuito de afirmar a autoridade identitária, evitando a discussão e garantindo a prevalência da visão particular. Por sua vez, ao assumir a distinção de Stephen Ball entre a política como discurso (na ótica do enunciador), e a política como texto (na ótica do leitor), aplica o modelo de Análise do Discurso, proposto por Laclau e Mouffe, às intervenções efetuadas na Assembleia da República, doravante convertidas em discursos-textos, no decurso do ano inaugural (2019). Estes são, por

consequente, processados em termos de temas, momentos, articulações e pontos nodais, de forma a revelarem a perspectiva discursiva preferencial, as principais orientações, as matrizes de base e as práticas discursivas que visam fixar os sentidos. Não obstante detetarem uma dominância do modelo neoliberal, os autores evidenciam dois grandes posicionamentos, em linha com a localização no espectro político de referência, no qual o Partido Socialista figura como centro. Assim, os discursos dos partidos que se situam à esquerda favorecem o papel da pedagogia, o direito constitucional à educação, o sufrágio dos órgãos de gestão escolar e a dimensão democrática e equitativa do sistema educativo. À direita, prevalecem os discursos que valorizam a *performance*, a competição entre escolas, a gestão hierarquizada, o direito de escolha dos pais e a importância da transmissão de competências como função primeira da educação escolar.

Com o artigo intitulado *Discurso e silêncio na (re)organização da Educação Infantil Municipal em Ribeirão Preto*, Beatriz Borges de Carvalho, Soraya Pacífico e Thaís Marinheiro de Paula denunciam o caráter apressado e comprometedor do processo de reestruturação da educação infantil, levado a cabo pela Secretaria Municipal do município brasileiro de Ribeirão Preto em 2022.

Recorrem à metodologia de Michel Pêcheux, um autor fundador da Análise do Discurso, na leitura da linguista brasileira Eni Orlandi, para interpretar as posições oficiais de um Promotor do Ministério de Justiça de São Paulo, da Secretaria Municipal de Ribeirão Preto e da Associação de Profissionais de Ribeirão Preto, vertidas em três recortes extraídos dos *media*. Visam, assim, analisar o modo como essas três vozes, inscrevendo a sua enunciação no *intradiscurso*, procuram determinar o sentido da Resolução, veiculam uma ideologia e um imaginário sobre o sujeito-criança e o sujeito-professor, encenam a simbolização do poder. Nele se trata, igualmente, de identificar o não dito por entre o que fica dito, essa zona de silêncio, que permite contrastar significantes, significados e sentidos, relativos ao domínio da educação, mas, sobretudo, de acordo com a perspectiva adotada, produzir efeitos silenciadores de outras posições, presentes e futuras. As autoras avançam, em conformidade, duas conclusões gerais: os três discursos conferem a primazia ao poder hierárquico, enquanto silenciam a memória discursiva constituída pelas diferentes tentativas de professores, investigadores e gestores para conferir objetividade e significação aos processos educacionais.

Este dossiê da *Revista Lusófona de Educação* dedicado ao tema dos discursos institucionais de autoridade sobre as escolas e os sistemas educativos encerra com uma entrevista realizada a Cédric Fluckiger, Professor de Ciências da Educação na Universidade francesa de Lille, conduzida pelos três editores convidados desta edição: Luís Manuel Bernardo, Daniel Bart e Teresa Teixeira Lopo.

Em *Entretien avec Cédric Fluckiger, professeur à l'université de Lille, didacticien de l'informatique - Recherche en éducation et discours institutionnels sur l'École : débats*

*et approches critiques*, o diálogo estabelecido entre os quatro investigadores ilustra como a orientação científica do trabalho em didática da informática de Cédric Fluckiger visa, em particular, questionar criticamente certos discursos autoritários sobre a utilização da informática nas escolas. Esses discursos (políticos, administrativos, comerciais, científicos, tecnológicos, mediáticos, etc.) integram uma abordagem mais ampla das questões ligadas ao ensino e à investigação, a partir dos métodos e das inovações pedagógicas, e promotora do desenvolvimento da informática nas escolas. Cédric Fluckiger explica que o seu trabalho se baseia numa tradição de investigação consolidada em educação que demonstrou que as práticas dos professores e das crianças em idade escolar não podem ser reduzidas à aplicação de um determinado método ou ferramenta na sala de aula; antes, são os professores e os alunos que devem ser considerados atores, capazes de desenvolver um trabalho de apropriação, de transformação, ou de recuperação de recursos para construir as suas práticas. Neste sentido, a sua orientação teórica atribui um lugar central à recolha e análise do discurso dos próprios atores escolares sobre o que lhes é apresentado como inovação ou solução pelos discursos institucionais ou tecnológicos. A perspetiva didática que defende critica não só a forma como este tipo de discurso concebe o funcionamento e as práticas de sala de aula, mas, também, a própria investigação educacional que se restrinja a uma validação, baseada em experiências aleatórias/randomizadas, dos métodos de ensino. Para Fluckiger, se a investigação pedagógica pretende afirmar a especificidade do seu discurso científico nos debates sociais sobre a Escola, deve fazê-lo confrontando a análise da complexidade do trabalho pedagógico com o reducionismo dos discursos centrados na procura de provas de eficácia. Nesta perspetiva, o investigador sublinha o interesse de desenvolver espaços de investigação e formação que juntem, simultaneamente, investigadores e professores, encarados como especialistas em ensino, para estudar o funcionamento real das turmas e explorar soluções para problemas concretos. Tais espaços, defende Cédric Fluckiger, poderiam franquear à investigação pedagógica o reforço da sua relevância e do seu peso científico face a outros discursos de autoridade sobre a Escola.

É, também, esta a abordagem que é privilegiada neste número da *Revista Lusófona de Educação*, ao cruzar diferentes tipos de análises sobre os discursos institucionais sobre a Escola e os sistemas educativos, para compreender melhor o seu funcionamento e a fundamentação teórica da investigação empírica que os analisa e, assim, contribuir para o reforço da autoridade científica do discurso da investigação em educação.

Agradecemos a confiança e o apoio da equipa editorial da *Revista Lusófona de Educação*, em particular da Professora Maria Neves Gonçalves, na organização deste dossiê. Agradecemos, também, a colaboração e o trabalho de um conjunto vasto de

revisores/avaliadores internacionais (Bélgica, Brasil, Espanha, França e Portugal), sem os quais a apresentação deste dossiê não teria sido possível.

Boas leituras.

#### Notas

<sup>1</sup> Adriana Sales de Melo (Universidade de Brasília), Alejandra Montané (Universidade de Barcelona), Almerindo Janela Afonso (Instituto de Educação, Universidade do Minho), Ana Maria Seixas (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra), Ana Sofia Rézio (Universidade Atlântica), André Robert (Universidade de Lyon), António Domingos (Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Nova de Lisboa), Célio da Cunha (Universidade Católica de Brasília), Clara Craveiro (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti), Dominique Guy Brassart (Universidade de Lille), Dominique Ottavi (Universidade Paris Ouest Nanterre La Défense), Isabelle Duarte Simões Marques (Universidade Aberta), Jacinto Serrão (Universidade Lusófona), João Horta-Neto (INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), José Beltrán Llavador (Universidade de Valência), Laura Calabrese (Universidade Livre de Bruxelas), Licínio Lima (Instituto de Educação, Universidade do Minho), Marluza Terezinha da Rosa (Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria), Pedro Miguel Alves Correia (Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra), Regina Queiroz (Universidade Lusófona), Rui Ramos (Instituto de Educação, Universidade do Minho), Rui Santos (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa) e Susana Batista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

#### Referências

- Bart, D. (2022). Research discourse in the Programme for International Student Assessment: A critical perspective. *European Educational Research Journal*. <https://doi.org/10.1177/14749041221127758>
- Bart, D., & Daunay, B. (2016). *Les blagues à PISA. Le discours sur l'école d'une institution internationale*. Éditions du Croquant.
- Bernardo, L. M. (2010). À volta da hibridiz discursiva: Questões de textualidade e educação. *Itinerários de Filosofia da Educação*, 9, 119-152.
- Bernardo, L. M. (2016). Mal-estar na educação: O declínio do humanismo. In M. G. Alves, L. L. Torres, B. Dionísio, & P. Abrantes (Eds.), *A educação na Europa do Sul, constrangimentos e desafios em tempos incertos* (pp. 42-56). FCSH-UNL.
- Berkovich, I., & Benoliel, P. (2020). The educational aims of the OECD in its TALIS insight and lesson reports: Exploring societal orientations. *Critical Studies in Education*, 61(2), 166-179. <https://doi.org/10.1080/17508487.2017.1370428>
- Krieg-Planque, A. (2017). *Analyser les discours institutionnels*. Armand Colin.
- Lopo, T.T. (2021). The political decision on Portugal's entry into PISA: A research note. *Policy Futures in Education*, 19(6), 723-729. <https://doi.org/10.1177/1478210320971537>
- Lopo, T. T., & Borges, L. (2022). A tomada de decisão política sobre a participação no PISA: Portugal à procura de uma pertença global. *Revista Lusófona de Educação*, 56(56), 97-109. doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle56.07
- Mundy, K., Green, A., Lingard, R., & Verger, A. (Eds.). (2016). *Handbook of global education policy*. Wiley-Blackwell.

- Robertson, S. (2012). Placing teachers in global governance agendas. *Comparative Education Review*, 56(4), 584-607.
- Monte, M., & Oger, C. (2015). La construction de l'autorité en contexte. L'effacement du dissensus dans les discours institutionnels. *Mots. Les langages du politique*, 107, 5-18. <https://doi.org/10.4000/mots.21847>
- Oger, C. (2021). *Faire référence. La construction de l'autorité dans le discours des institutions*. Editions EHESS.
- Oger, C., & Ollivier-Yaniv, C. (2003). Analyse du discours institutionnel et sociologie compréhensive: Vers une anthropologie des discours institutionnels. *Mots. Les langages du politique*, 71, 125-145. <https://doi.org/10.4000/mots.8423>
- Perrot, M.-D. (2001). *Mondialiser le non sens*. L'Age d'Homme.
- Saarinen, T. (2008). Position of text and discourse analysis in higher education policy research. *Studies in Higher Education*, 33, 719-728. <https://doi.org/10.1080/03075070802457090>

**Luís Manuel Bernardo**

Universidade Nova de Lisboa  
Instituto de Filosofia da NOVA  
E-mail: [lm.bernardo@fcsh.unl.pt](mailto:lm.bernardo@fcsh.unl.pt)  
ORCID: 0000-0002-3587-7799

**Daniel Bart**

Université de Lille  
Théodile-CIREL  
E-mail: [daniel.bart@univ-lille.fr](mailto:daniel.bart@univ-lille.fr)  
ORCID: 0000-0002-8771-1280

**Teresa Teixeira Lopo**

Universidade Lusófona  
Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento  
E-mail: [teresa.lopo@ulusofona.pt](mailto:teresa.lopo@ulusofona.pt)  
ORCID: 0000-0001-5483-1975